



A CONTRIBUIÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Autor(1) Ana Tânia Lopes Sampaio; Co-autor(1); Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
Co-autor(2) Débora Karla Sampaio Alves Custódio; Co-autor(3) Gustavo André Pereira de Brito;

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, anatsampaio@hotmail.com

Centro Universitário Facex, isacristas@yahoo.com.br

Centro Universitário Facex, deborasampaio2@yahoo.com.br

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, gustavo.brito@ifrn.edu.br

Resumo:

Trata-se de um relato de experiência, que faz parte de uma pesquisa de campo iniciada em setembro do ano de 2015 realizada em um CEMEI do município de Natal/RN cujo foco principal é o de avaliar a utilização das Práticas Integrativas Complementares em Saúde como ferramentas facilitadoras para uma educação inclusiva, podendo destacar crianças com faixa etária entre 4 e 5 anos e seus respectivos educadores como protagonistas da pesquisa. Realizou-se uma pesquisa-ação existencial de cunho Interativo com aplicação metodológica qualitativa, apresentando duas categorias de análise: Práticas Corporais Transdisciplinares e as Vivências Lúdicas Integrativas. A educação está vinculada à formação do sujeito para a vida em toda a sua inteireza a educação inclusiva parte da necessidade de um processo de reestruturação nos âmbitos políticos, sociais e educacionais pautada na compreensão e respeito a diversidade, complexidade e singularidade do sujeito. As Práticas Integrativas e Complementares surgem como novas possibilidades para a vivência e consolidação da transdisciplinaridade, e internalização da educação como processo formativo, no qual professores e educandos, são compreendidos em sua especificidade e totalidade. Na educação inclusiva, mais especificamente, essas práticas são utilizadas como forma de aprimorar a percepção da criança sobre si e sobre o outro, respeitando as diferenças e a diversidade. Elas permitem que as mesmas se tornem sujeitos do processo formativo de maneira significativa e criativa, desenvolvendo a interação e integração social e o agir de maneira lúdica e reflexiva. Palavras chave: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Educação de Crianças, Educação inclusiva.

Introdução

O presente estudo objetiva descrever a importância das práticas integrativas e complementares em saúde como ferramentas facilitadoras do processo da educação inclusiva para crianças. Compreende-se que a educação é indispensável para o processo de dinamização e socialização da existência humana, conforme rege a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação, assim como a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência

social, são direitos sociais, que estando sobre a responsabilidade do Estado e da família devem ser garantidos com qualidade para todos.

É com a educação que nos tornamos sujeitos do conhecimento, somos inseridos como participantes e autores do contexto social, nos apropriamos dos instrumentos tornando-nos produtores e produto da cultura humana. É por meio dela que conhecemos a nós mesmos e nos apropriamos das relações e do mundo.

Conhecer e educar são, portanto, processos que se complementam e nutrem-se mutuamente, com eles as diferentes dimensões do homem são ativadas na busca de uma organização interior relacionada ao mundo exterior, ou seja, em favor da autoprodução humana. “Implicam, portanto, a corporeidade humana, as relações do indivíduo consigo mesmo, com o outro, com a natureza, com a cultura e com o contexto” (MORAES, 2003, p. 115).

Nesse sentido a Educação Inclusiva parte da necessidade da reestruturação das práticas vivenciais escolares, pautada na compreensão da diversidade dos alunos, compreendendo o sujeito na sua singularidade e complexidade, objetivando a aprendizagem e a inserção social de todos, nesta o processo de desenvolvimento utiliza diversos mecanismos e inúmeras maneiras para aprender. Assim, a aprendizagem é vista como um processo de internalização de conceitos, procedimentos e atitudes, efetivada por meio das experiências socialmente construídas e permeada por fatores emocionais, neurológicos e ambientais.

Segundo a teoria biológica do conhecimento, defendida por Humberto Maturana e Francisco Varela (2001), para viver o aprender/conhecer e corporalizar a educação precisamos compreender o ser vivo como unidade sistêmica. Uma unidade que se constitui da união de estruturas, da relação que essas estabelecem com o meio, para a manutenção e a evolução da organização. Ainda de acordo com esses pesquisadores, estrutura e organização são dimensões fundamentais do ser vivo, pois são elas que mobilizam os corpos, permitindo que eles aprendam e se reconstruam com cada experiência vivida.

Dessa forma, o que se defende é a necessidade de experienciar uma educação fundamentada nos pilares do conhecer, fazer, ser e conviver (Delors, 2008), na qual se integre distintos saberes, considere a subjetividade humana no processo de produção do conhecimento e que permita a corporalização dos saberes a partir da vivência, principalmente quando o foco do processo educativo está na criança.

Destaca-se que vivenciar nesse mundo infantil é encantar-se, maravilhar-se, ampliar as possibilidades no cotidiano educativo, despertar para as delícias de se fantasiar, de fazer arte, de

perceber a essência de um conto de fadas, encantamentos esses, fruto do imaginar, criar e recriar a vida (Ostetto, 2007).

Mediante amplitude e complexidade da educação inclusiva, tem se tornado cada vez mais comum o uso de diferentes estratégias no intuito de garantir o crescimento e desenvolvimento da criança. Dentre elas, propõe-se as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, que vem sendo implementadas e avaliadas como estratégias para promoção e proteção da saúde, e como ferramentas facilitadoras da aprendizagem, na medida em que potencializam a lógica do desenvolvimento do indivíduo na sua dimensão global (BRASIL,2006) e corroboram para a construção de significados e sentidos.

Diante deste, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência referente a utilização das Práticas Integrativas Complementares em Saúde como ferramentas facilitadoras para uma educação inclusiva, realizada em um CEMEI do município de Natal/RN

Material e métodos

Trata-se de um relato de experiência, que faz parte de uma pesquisa de campo iniciada em setembro do ano de 2015 realizada em um CEMEI situado no município de Natal/RN onde são realizados encontros e oficinas semanais, realizando práticas integrativas e complementares em saúde como a meditação, massagem, tai chi chuan, yoga e vivências lúdicas integrativas, com crianças com faixa etária entre 4 e 5 anos de idade bem como seus educadores, estas oficinas levam em consideração os princípios da educação inclusiva, cujo foco principal é o de avaliar a utilização das Práticas Integrativas Complementares em Saúde como ferramentas facilitadoras para uma educação inclusiva.

Refere-se a uma pesquisa-ação existencial de cunho Interativo com aplicação metodológica qualitativa, permitindo a mobilização de saberes a partir da reflexão e diálogo. Esta é desenvolvida a partir de diferentes significados, considerando os aspectos subjetivos, abrindo espaços para a diversidade, múltiplos saberes e pluralidade de ideias, valorizando atitudes e aspectos que influenciam e muitas vezes determinam as relações que compõem os diferentes contextos.

Pesquisa-ação é um método participativo de pesquisa, que busca ampliar os conhecimentos e também alterar as circunstâncias dos indivíduos para melhor envolvê-las no processo de pesquisa, processo complexo que exige habilidades em pesquisa e educação para mudança. (Saks e Allsop, 2011)



Na opinião de Barbier (2002, p. 14) a pesquisa-ação obriga o pesquisador de implicar-se. Percebendo assim sua implicabilidade direcionada a estrutura social na qual ele faz parte e pelo jogo de desejos e de interesses de outros. Implicando também os outros mediante o seu olhar e de sua ação singular no mundo. Saks e Allsop, 2011 destacam que aprender é parte fundamental do processo.

Resultados e discussões

Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 20 de dezembro de 1996, a educação abrange os processos formativos, que são primeiramente organizados na família e, posteriormente, no trabalho, nas instituições de ensino e na sociedade civil, abarcando as diferentes instâncias que compõem a trajetória de formação humana. Ainda segundo a referida lei, essa trajetória regida por princípios garantem a igualdade de condições de acesso, a liberdade no processo de ensinar, a pluralidade e diversidade de ideias, o respeito ao indivíduo e a qualidade.

Segundo Mantoan (2003), a prática da inclusão escolar está pautada na capacidade de entender, reconhecer, conviver e compartilhar com pessoas diferentes construindo formas de interagir e compreender as necessidades especiais.

Dessa forma, a educação está vinculada à formação do sujeito para a vida em toda a sua inteireza, envolvendo o desenvolvimento de habilidades e a competência desse ser no mundo. Realiza-se na biologia do amor, sendo corporalizada no momento em que o outro é reconhecido em sua essência e inteireza, e ambos tornam-se capazes de transformar suas realidades. Requer a aprendizagem significativa de conceitos, procedimentos e atitudes, a qual, como revela Moraes (2006, p. 111), é “um processo que se estabelece no viver”.

Segundo com Sanchez (2007) O processo de inclusão é gradual e dinâmico, atuando com o senso de solidariedade, respeito a diversidade e valorização das diferenças, compreendendo portanto a educação como um direito de todos.

A inserção das práticas integrativas e complementares no SUS é uma resposta do Ministério da Saúde às demandas oriundas da sociedade durante a VIII Conferência Nacional de Saúde. Sendo instituída em maio de 2006, por meio da portaria 971 a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Configura-se uma ação de ampliação de acesso e qualificação dos serviços, na tentativa de envolver a integralidade da atenção à saúde da população.

A propósito, foram inseridas na PNPIC diversas racionalidades médicas e práticas corporais, bem como Acupuntura/Medicina Tradicional Chinesa, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Termalismo Social-Crenoterapia e Medicina Antroposófica (BRASIL, 2006).





Não obstante, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte aprova por meio da portaria nº 274 de 27 de junho de 2011 a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC) no Sistema Único de Saúde do RN, acrescentando em âmbito estadual duas novas PIC's, às Práticas Corporais Transdisciplinares e Vivências Lúdicas Integrativas.

A PEPIC tem como princípio basilar a atenção integral à saúde dos indivíduos, pautada no cuidado humanescente. (BRASIL, 2011). No que tange o município de Natal, é implementada em maio de 2016 através da portaria nº 135 a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares (PMPIC), que se vincula às áreas de Promoção da Saúde, Atenção Básica, Atenção Especializada, Saúde do Trabalhador, Gestão do Trabalho e Educação em Saúde por meio de uma articulação estratégica. Com destaque no cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, garantindo a racionalização das ações de saúde pelo estímulo de práticas inovadoras e da garantia da, eficácia, qualidade, segurança e eficiência.

Assim, a Educação inclusiva parte da necessidade de um processo de reestruturação nos âmbitos políticos, sociais e educacionais pautada na compreensão e respeito a diversidade, complexidade e singularidade do sujeito. Nesse sentido a Declaração de Salamanca elaborada na Conferência Mundial de Educação especial em 1994 bem como a Lei Brasileira de inclusão a pessoa com deficiência (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015) que entrou em vigor neste ano de 2016, refere de forma geral que a educação inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, buscando portanto compreender e atender a partir do princípio da integralidade as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover o desenvolvimento individual e coletivo a partir de aprendizagens significativas. Uma prática pedagógica transdisciplinar, multiprofissional, coletiva, flexível e dinâmica requer mudanças essenciais na estrutura e no funcionamento das instituições de ensino, na formação e autoformação humanescentes dos educadores, nas relações sociais e da família como co-responsável pelo processo transformador para uma sociedade inclusiva

Vista como um aspecto fundamental para o processo constante de organização do sujeito. Possibilita a expansão de ações, abre caminhos, resignificar a existência, fazendo com que os agentes do processo de aprendizagem se coloquem como aprendentes, seres que pensam, agem, trabalham, reproduzem, criam e constroem diferentes realidades.

Pensando na formação do sujeito para a vida em toda a sua inteireza, o relato de experiência se dá num CEMEI situado no município de Natal/RN onde são realizados encontros e oficinas semanais com crianças com faixa etária entre 4 e 5 anos de idade bem como seus



educadores, estas oficinas levam em consideração os princípios da educação inclusiva, na biologia do amor, sendo corporalizada no momento em que o outro é reconhecido em sua essência e inteireza, e ambos tornam-se capazes de transformar suas realidades. As oficinas foram organizadas com o intuito de uma aprendizagem significativa de conceitos, procedimentos e atitudes, a qual, como revela Moraes (2006, p. 111), é “um processo que se estabelece no viver”.

Desse modo, os encontros semanais com as crianças e educadores foram desenvolvidos através das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde atuando de forma transdisciplinar e com um olhar holístico para educação. Nesse sentido os encontros e oficinas foram elaborados a partir de duas as linhas de atuação das Práticas integrativas e complementares em saúde que corroboram no processo de educacional da criança, são elas: as Práticas Corporais Transdisciplinares que metodologicamente utilizam da multirreferencialidade de saberes científicos sobre o corpo para produzir movimentos, de forma ativa ou passiva, com objetivo de harmonizar processos energéticos na estrutura corporal e transc corporal do ser humano, agregando valores éticos, estéticos e espirituais.

E as Vivências Lúdicas Integrativas nas quais propiciam diferentes modos de sentir o fluir das emoções de alegria em contextos socioculturais específicos do adoecimento humano buscando corporalizar o princípio de integralidade da vida (BRASIL, 2011).

Mediante aos estímulos recebidos, crianças e educadores são capazes de representarem através da corporeidade, no que concerne a dimensão pedagógica, os déficits de aprendizagem, dificuldades no desenvolvimento da escrita e da leitura, além da fragilidade em relacionar o aprendido com o vivido e no que diz respeito a dimensão psicológica, problemas como ausência de autonomia, insegurança e dependência afetiva. Nesse interim, se evidencia a contribuição das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, como ferramentas facilitadoras contribuindo para uma educação inclusiva buscando inicialmente restabelecer a harmonia interior do indivíduo e favorecer as relações sociais.

Sendo assim as PICS são utilizadas na educação inclusiva como forma de aprimorar a percepção do infante. Elas viabilizam o olhar da criança sobre sua biologia, a tornam próximas das propostas pedagógicas a serem trabalhadas, vivenciam os saberes, facilitando a sintonia entre o ser, o conviver e o ambiente.

Aponta-se ainda que com o auxílio das vivências lúdicas integrativas é possível resgatar a essência infantil, a ideia de sermos seres brincantes e aprendizes que sendo perdidas no decorrer dos anos, podem ser resgatadas no momento em que se trabalha as memórias afetivas que permeiam a

vida do indivíduo, sendo possível também a formação de pessoas com maior sensibilidade e equilíbrio emocional, capazes de enfrentar as situações de risco sem sofrer danos psicoemocionais.

Conclusão

Diante do exposto, evidencia-se as contribuições das Práticas Integrativas Complementares em Saúde como ferramentas facilitadoras no processo da educação inclusiva que durante o último ano levou de forma gradativa e sistemática a compreensão e o fazer educativo em saúde pautado nas práticas educativas inclusivas e integrativas viabilizando o desenvolvimento da transdisciplinaridade e da aprendizagem significativa dos diferentes saberes. Por meio das oficinas as crianças foram estimuladas a se perceberem como autocriadores dos seus contextos de vida, contribuindo com o processo formativo harmonioso e adequado as realidades de cada indivíduo, edificando os saberes para a vida.

No caso da educação inclusiva de crianças, mais especificamente, essas práticas foram utilizadas como forma de aprimorar a percepção delas sobre si e sobre o outro, permitindo assim que as crianças se tornem gradativamente protagonistas do processo formativo de maneira significativa, lúdica e criativa, desenvolvendo a interação, integração social e o agir de maneira sensível e reflexiva.

Ademais, mesmo reconhecidas pelos benefícios as práticas integrativas e complementares em saúde, ainda são pouco difundidas e utilizadas como recursos para o processo educacional inclusivo. Não obstante, sabe-se que as PIC's são contribuintes para promoção da saúde, sobretudo, porque constituem uma nova compreensão do ser, em que se evidencia a perspectiva holística e o autoconhecimento individual, com impactos na vida cotidiana dos sujeitos.

Após a experiência com as crianças e educadores de um CEMEI no município de Natal podemos constatar que se torna imprescindível a implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Projeto Político Pedagógico das escolas inclusivas uma vez que a mesma se baseia na defesa dos princípios éticos e seus valores, na perspectiva da justiça e exercício constante da cidadania, tendo em vista a vivência relatada percebe-se que é imprescindível a inserção de práticas pedagógicas inovadoras e integrativas proporcionando socialização, interação, e produção do conhecimento.

Referências

- ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.
- BOFF, L. A voz do arco-íris. Brasília: Letra viva, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. Brasília: Senado Federal. Subsecretariado de Edições Técnicas, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Portaria Nº 971/GS, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde-SUS.
- BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de inclusão a pessoa com deficiência
- BRASIL. Portaria Nº 274/GS, de 27 de junho de 2011. Aprova a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC) no Sistema Único de Saúde do RN.
- BRASIL. Portaria Nº 137/GS, de 5 de maio de 2016. Aprova a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares (PMPIC) no Sistema Único de Saúde do Natal.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez UNESCO, 2006.
- A TORRE, S. L.; PUJOL, M. A. P.; MORAES, M. C. Transdisciplinaridade e ecoformação: um novo olhar sobre a educação. São Paulo/SP: Triom, 2008.
- MATURANA, Humberto R. VARELA, Francisco. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. Trad. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MATURANA, Humberto. REZEPKA, Sima Nisis de. Formação humana e capacitação. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.
- MANTOAN, Maria Tereza Egler; Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MORAES, Maria Cândida. Educar na biologia do amor e da solidariedade. Petrópolis RJ: Vozes, 2003.
- MORAES, Maria Cândida. La Torre, Saturnino de. Sentipensar : fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Petrópolis RJ: Vozes, 2004.
- MORAES, Maria Cândida. Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis RJ: Vozes, 2004.

MORAES, Maria Cândida. VALENTE, José Armando. Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade? São Paulo: Paulus, 2008.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar. Os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. - 11. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, L. H. Corpo e Psique: da dissociação à unificação – algumas implicações na prática pedagógica. Educação e Pesquisa, São Paulo/SP, v. 34, n. 1, p. 151-166, 2008.

PIAGET, J. A. A Psicologia da Criança. ED Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 07.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R.; Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. São Paula/SP, v.8, n. 1, p. 102-6. 2010.

TORRE, Saturnino de La. Dialogando com a criatividade. Trad. Cristina Mendes Rodrigues. São Paulo: Madras, 2005.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.